



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular
DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

Ano Lectivo 2020/2021

1. Unidade Orgânica

Faculdade de Direito (1º Ciclo)

2. Curso

Direito

3. Ciclo de Estudos

1º

4. Unidade Curricular

DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA (02313)

5. Área Científica

6. Ano curricular

2º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutor AFONSO FILIPE PEREIRA DE OLIVEIRA MARTINS

12. Assistentes

Dr. JOSE GONÇALO DE AREIA CAPITÃO, Dr^a MARIA FILOMENA DOS SANTOS DIAS DELGADO CORREIA

13. Língua de ensino

Português

14. Objectivos Gerais

Concorrer para uma formação básica no domínio do Direito Administrativo, promovendo-se o conhecimento do sistema administrativo português e, em particular, o respectivo regime geral a que se sujeitam as actividades administrativas.

15. Objectivos Específicos

Favorecer a aprendizagem dos conceitos, princípios e soluções jurídico-normativas consideradas mais relevantes para a compreensão de um fundo comum de regulação das actividades administrativas no ordenamento jurídico português e no contexto europeu.

16. Competências a adquirir

Domínio da lógica jus-administrativa que prevalece em particular no ordenamento jurídico português, habilitando-se os alunos a compreender a realidade administrativa, a enquadrar juridicamente as principais manifestações do poder administrativo, a resolver questões práticas que relevem no âmbito do Direito Administrativo Geral e a desenvolver estudos de especialidade.

17. Metodologia de ensino

O ensino será desenvolvido nas vertentes teórica e prática, enquadrando-se em sessões de ensino de carácter colectivo os esforços de aprendizagem individual a realizar pelos alunos.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

18. Conteúdos Programáticos

INTRODUÇÃO

1. Actividade administrativa e função administrativa
2. Actividade administrativa e Administração Pública
3. Actividade administrativa e outras actividades jurídico-públicas
4. Tipologia das actividades administrativas
5. O Direito da Actividade Administrativa. Enquadramento
6. Actividade administrativa e sistemas administrativos

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Considerações gerais
2. O princípio da prossecução do interesse público
3. O princípio do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos
4. O princípio da legalidade
5. O princípio da boa administração
6. O princípio da igualdade
7. O princípio da proporcionalidade
8. O princípio da justiça e da razoabilidade
9. O princípio da imparcialidade
10. Os princípios da boa-fé e da tutela da confiança
11. O princípio da responsabilidade e da garantia patrimonial dos particulares
12. Outros princípios fundamentais

CAPÍTULO II

TEORIA E REGIME DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

1. Conceito de regulamento administrativo. Distinção de figuras próximas. Classificações
2. A competência regulamentar
3. O procedimento de formação dos regulamentos administrativos
4. Forma e publicidade dos regulamentos administrativos
5. Modificação e extinção dos regulamentos administrativos
6. Invalidez e ineficácia do regulamento administrativo
7. Impugnação administrativa de regulamentos administrativos

CAPÍTULO III

TEORIA E REGIME DO ACTO ADMINISTRATIVO

1. Conceito de acto administrativo. Distinção de figuras próximas. Classificações
2. Estrutura do acto administrativo
3. A competência para a produção de actos administrativos
4. O procedimento de formação dos actos administrativos



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

5. Formas de revelação e de conhecimento dos actos administrativos
6. A fundamentação dos actos administrativos
7. Modificação e extinção do acto administrativo
8. Invalidez e ineficácia do acto administrativo
9. Impugnação administrativa de actos administrativos e reacção contra a omissão ilegal de actos administrativos
10. A execução dos actos administrativos

CAPÍTULO IV

TEORIA E REGIME DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. Introdução: conceitos e disposições gerais
2. Procedimentos de contratação pública
3. Invalidez dos contratos administrativos
4. A execução dos contratos administrativos
5. Conformação da relação contratual administrativa
6. Modificações objectivas dos contratos administrativos
7. Cessão da posição contratual administrativa e subcontratação
8. Incumprimento dos contratos administrativos
9. Extinção dos contratos administrativos, em geral

19. Métodos de Avaliação

Elementos relevantes: assiduidade; participação activa nas aulas e em actividades complementares; elaboração e defesa de trabalhos escritos; provas escritas de avaliação intercalar nos termos regulamentarmente previstos.

20. Recursos Didácticos

Disponibilização em Biblioteca e nos Centros de Documentação de bibliografia adequada e actualizada e do acesso a bases de dados jurídicas.

21. Palavras Chave

Direito Administrativo/Função Administrativa/Actividade Administrativa



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): Diogo Freitas do Amaral
Título: Curso de Direito Administrativo, vol. I I
Edição: 3ª (4ª reimp.) Ano: 2020
Local: Coimbra
Editora: Almedina

Autor(es): José Carlos Vieira de Andrade
Título: Lições de Direito Administrativo
Edição: 5ª Ano: 2017
Local: Coimbra
Editora: Imprensa da Universidade de Coimbra

Autor(es): Fausto de Quadros e outros (obra colectiva)
Título: Comentários à Revisão do Código do Procedimento Administrativo
Edição: 1ª Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Almedina

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): Marcelo Rebelo de Sousa/André Salgado Matos
Título: Direito Administrativo Geral - vols. I e III
Edição: Reimpressão Ano: 2010
Local: Lisboa
Editora: D.Quixote

Autor(es): Paulo Otero
Título: Manual de Direito Administrativo-vol.I
Edição: Reimpressão da Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Almedina



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA': Ano Lectivo 2020/2021
Autor	Prof. Doutor AFONSO FILIPE PEREIRA DE OLIVEIRA MARTINS
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	17-08-2020 14:23:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2020	



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular
DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

Ano Lectivo 2020/2021

1. Unidade Orgânica

Faculdade de Direito (1º Ciclo)

2. Curso

Direito

3. Ciclo de Estudos

1º

4. Unidade Curricular

DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA (02313)

5. Área Científica

6. Ano curricular

2º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutor FAUSTO DE QUADROS

12. Assistentes

Dr^a SILVIA MARIA GALVÃO TELES FRANCO PULIDO PEREIRA

13. Língua de ensino

Português

14. Objectivos Gerais

Concorrer para uma formação básica no domínio do Direito Administrativo, promovendo-se o conhecimento do sistema administrativo português e, em particular, o respectivo regime geral a que se sujeitam as actividades administrativas.

15. Objectivos Específicos

Favorecer a aprendizagem dos conceitos, princípios e soluções jurídico-normativas consideradas mais relevantes para a compreensão de um fundo comum de regulação das actividades administrativas no ordenamento jurídico português e no contexto europeu.

16. Competências a adquirir

Domínio da lógica jus-administrativa que prevalece em particular no ordenamento jurídico português, habilitando-se os alunos a compreender a realidade administrativa, a enquadrar juridicamente as principais manifestações do poder administrativo, a resolver questões práticas que relevem no âmbito do Direito Administrativo Geral e a desenvolver estudos de especialidade.

17. Metodologia de ensino

O ensino será desenvolvido nas vertentes teórica e prática, enquadrando-se em sessões de ensino de carácter colectivo os esforços de aprendizagem individual a realizar pelos alunos.



18. Conteúdos Programáticos

INTRODUÇÃO

1. O poder Administrativo na repartição de poderes
2. Poder Administrativo e função administrativa
3. Administração Pública em sentido orgânico e em sentido material
4. Administração Pública e Administração Privada
5. O Direito Administrativo e o Direito da Atividade Administrativa
6. O Direito da Atividade Administrativa. Enquadramento
7. Os sistemas administrativos
8. a) francês
9. b) britânico
10. c) alemão
11. d) europeu

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

12. Considerações gerais. Princípios
13. da legalidade
14. da prossecução do interesse público
15. do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos
16. da boa administração
17. da igualdade
18. da proporcionalidade
19. da justiça e da razoabilidade
20. da imparcialidade
21. da boa-fé; seus corolários: a segurança jurídica, confiança legítima ou tutela da confiança
22. da colaboração com os particulares
23. da participação
24. da decisão
25. da gratuidade
26. da responsabilidade
27. da administração aberta
28. da proteção dos dados pessoais
29. da colaboração leal com a União Europeia
30. aplicáveis à Administração eletrónica

CAPÍTULO II

EXERCÍCIO DO PODER ADMINISTRATIVO

31. Vinculação e discricionariedade administrativa
32. O poder discricionário da Administração
33. Natureza
34. Fundamento e âmbito
35. Limites
36. Controlo
37. Figuras afins: interpretação de conceitos indeterminados e remissão da lei para regras extrajurídicas



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

38. Manifestações do poder administrativo

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

39. Noção

40. Espécies

41. Princípios específicos

42. A adequação procedimental

43. Acordos endoprocedimentais

44. O princípio do inquisitório

45. O princípio da cooperação e boa-fé procedimental

46. Os sujeitos da relação procedimental

47. A conferência procedimental

48. O direito à informação

CAPÍTULO IV

REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

49. Conceito

50. Distinção entre lei, regulamento e ato administrativo.

51. Fundamento do poder regulamentar

52. Limites do poder regulamentar

53. Espécies de regulamentos

54. Competência e forma

55. O procedimento

56. Modificação e extinção

57. Validade e eficácia

58. Impugnação administrativa

CAPÍTULO V

ATO ADMINISTRATIVO

59. Conceito de ato administrativo.

60. Classificações de atos administrativos

61. Estrutura do ato administrativo

62. O ato tácito

63. Validade do ato administrativo: requisitos da validade quanto aos sujeitos, à forma e às formalidades, ao conteúdo, ao objecto e ao fim.

64. A fundamentação dos atos administrativos

65. A invalidade do ato administrativo: os vícios geradores de ilegalidade

66. As formas de invalidade

67. A eficácia do ato administrativo. Os requisitos da eficácia

68. Extinção e modificação do ato administrativo. Revogação e anulação administrativa.

69. Suspensão, retificação e sanação do ato administrativo

70. A execução dos atos administrativos

CAPÍTULO VI

GARANTIAS DOS PARTICULARES

71. As garantias políticas



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

72. As garantias administrativas: petições e impugnações

73. A queixa ao Provedor de Justiça

74. Remissão das garantias contenciosas para outra disciplina

CAPÍTULO VII

Responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

75. O princípio da responsabilidade do Poder como pedra angular numa Democracia

76. A responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública e das demais entidades públicas: História; elementos constitutivos; a obrigação de indemnizar; prescrição; direito/dever de regresso

77. A responsabilidade civil pelo exercício da função político-legislativa; atos e omissões; requisitos

78. A responsabilidade civil pelo exercício da função administrativa: atos lícitos, atos ilícitos; risco; culpa do serviço

79. A responsabilidade civil pelo exercício da função jurisdicional: conteúdo; requisitos

80. A responsabilidade por sacrifício

19. Métodos de Avaliação

Elementos relevantes: assiduidade; participação activa nas aulas e em actividades complementares; elaboração e defesa de trabalhos escritos; provas escritas de avaliação intercalar.

20. Recursos Didácticos

Disponibilização em Biblioteca e nos Centros de Documentação de bibliografia adequada e actualizada e do acesso a bases de dados jurídicas.

21. Palavras Chave

Direito Administrativo

Função Administrativa

Actividade Administrativa



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): Fausto de Quadros e outros (obra colectiva)
Título: Comentários à Revisão do Código do Procedimento Administrativo
Edição: Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Almedina

Autor(es): Diogo Freitas do Amaral
Título: Curso de Direito Administrativo, vol. II
Edição: 4ª reimpressão Ano: 2020
Local: Coimbra
Editora: Almedina

Autor(es): Mário Aroso de Almeida
Título: Teoria Geral do Direito Administrativo
Edição: 5ª Ano: 2020
Local: Coimbra
Editora: Almedina

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): José Carlos Vieira de Andrade
Título: Lições de Direito Administrativo
Edição: 5ª Ano: 2017
Local: Coimbra
Editora: Imprensa da Universidade de Coimbra

Autor(es): Marcelo Rebelo de Sousa e André Salgado Matos
Título: Direito Administrativo Geral
Edição: 3ª Ano: 2008
Local: Lisboa
Editora: D. Quixote



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA': Ano Lectivo 2020/2021
Autor	Prof. Doutor FAUSTO DE QUADROS
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	27-07-2020 13:22:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2020	